

PERCEÇÕES DE PAIS SOBRE O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA ADOLESCÊNCIA – UM ESTUDO QUALITATIVO

*Filipa Archer Barradas**

*Maria Carmo Carvalho***

*Lurdes Veríssimo****

RESUMO: O artigo apresenta uma investigação cujo objetivo principal foi caracterizar as percepções de pais de adolescentes a respeito do uso de substâncias psicoativas na adolescência, os fatores protetores percebidos como mais eficazes e as estratégias educativas contempladas em caso de consumo. Partindo-se do reconhecimento da centralidade do papel parental na promoção da proteção e da prevenção do risco associado ao desenvolvimento na adolescência e nas lacunas ainda existentes no domínio do conhecimento das percepções parentais, desenvolveu-se um estudo qualitativo que entrevistou uma amostra de conveniência constituída por N=9, pais e mães de adolescentes de idades variadas (entre os 13 e os 18 anos), através de um procedimento semiestruturado auxiliado por guião concebido para o efeito. Os dados foram analisados através do método da análise de conteúdo, com suporte do software de análise de dados qualitativos NVivo8.

O estudo permitiu caracterizar um conjunto de conteúdos relevantes para conhecer a forma como cada um dos participantes interpreta o fenómeno. Os resultados indicam que o papel parental na promoção de competências sociais e pessoais no adolescente é por vezes negligenciado, o que poderá comprometer a eficaz prevenção de comportamentos de risco no adolescente a partir da esfera familiar.

PALAVRAS-CHAVE: percepções, pais, substâncias psicoativas (SPA), adolescência.

* FEP-UCP, Porto (fbarradas@porto.ucp.pt).

** FEP-UCP, Porto (mccarvalho@porto.ucp.pt).

*** FEP-UCP, Porto (lverissimo@porto.ucp.pt).

INTRODUÇÃO

O interesse pela caracterização das percepções e conhecimentos dos pais a respeito do uso de substâncias psicoativas (SPA) na adolescência remete-nos para a análise do conhecimento sobre a relação da esfera familiar com a problemática do uso de SPA, e para a função ocupada por esta no âmbito das abordagens preventivas que têm vindo a ser propostas neste domínio.

Na investigação que aqui apresentamos, adotámos uma compreensão sobre o período da adolescência assente no paradigma ecológico do desenvolvimento humano, segundo o qual esta é uma transição em que ocorre a “ação combinada entre as nítidas modificações biológicas, sociais e cognitivas dos indivíduos, e os contextos ou domínios, nos quais eles experienciam as exigências e as oportunidades que afetam o seu desenvolvimento psicológico” (Sprinthall & Collins, 1996: 40). De acordo com o paradigma ecológico, a forma como estas transições e seu impacto são vividas pelo jovem é marcada pela qualidade das interações que se estabelecem entre este e os contextos e instituições junto dos quais cresce: família, escola e grupo de pares (Sprinthall & Collins, 1996). Deste modo, e ainda que experimentação e exploração sejam percebidas como comportamentos até certo ponto esperados para esta fase do ciclo vital, é de considerar a sua associação com o envolvimento em condutas de risco (Lerner & Galambos, 1998). Sobre os comportamentos de risco deve prevalecer, ainda assim, uma compreensão destes enquanto tarefas normativas, não sendo de esperar como desfecho mais típico uma progressão nestas condutas até uma trajetória desviante – apesar da sua ocorrência, a grande maioria dos adolescentes fará uma trajetória de adaptação positiva através da adolescência e até à entrada na idade adulta (Lerner & Galambos, 1998).

De um outro ponto de vista, porém, os riscos a que está exposta a juventude contemporânea são vistos por muitos como sem precedentes na história, configurando com frequência um verdadeiro “síndrome” (Jessor, 1992, cit. in Lerner & Galambos, 1998) e apresentando-se cada vez mais como um traço constitutivo da própria identidade juvenil (Dobson, Brudalen & Tobiassen, 2006; Lupton & Tulloch, 2002). Um desses traços constitutivos poderá advir, precisamente, da evolução do fenómeno do uso de SPA nas últimas décadas. Em Portugal, como no conjunto dos países europeus, a monitorização do uso de SPA tem vindo a registar um aumento generalizado do consumo a par da diminuição do uso problemático (Balsa, 2007; Negreiros & Magalhães, 2009). Adicionalmente, um conjunto de indicadores também apontam para a relevância dos ambientes recreativos associados às populações juvenis enquanto motores das transformações a que

assistimos nas tendências de uso, num contexto em que o uso de SPA tem vindo a surgir como comportamento *normalizado*, em oposição com uma leitura mais estreitamente relacionada com a desviância e a transgressão a que assistimos no passado (EMCDDA, 2009; EMCDDA, 2006; Carvalho, 2007; Griffiths, Vingoe, Jansen, Shenval, Hartnoll & Wilson, 1997; Parker, Williams & Aldridge, 2002; Parker, Aldridge & Measham, 1998).

Trata-se, então, de discutir qual o papel que é reservado para a esfera da família, num domínio em que, quer do ponto de vista da compreensão desenvolvimental sobre a adolescência, quer do ponto de vista da evolução do “fenómeno-droga”, temos assistido a tão significativas transformações. Tal abordagem contribui para a clarificação do debate em termos do que poderá ser a influência do papel parental sobre o consumo de SPA. Contribui ainda para o conhecimento sobre o que é esperado da atuação parental no que toca à promoção e proteção no campo do uso de SPA na adolescência. Ambos os objetivos assumem, em nosso entender, relevância central para o campo da intervenção, de que seria exemplo a constituição de um saber que informe a educação parental desenvolvida neste domínio.

1.1. Dimensões da influência parental sobre o uso de SPA na adolescência – fatores de risco e fatores de proteção

A discussão sobre as formas através das quais o funcionamento familiar pode proteger *versus* reforçar o comportamento de uso de SPA tem vindo a ser desenvolvida sob o ponto de vista de um vasto leque de dimensões como a *estrutura familiar*, suas *dinâmicas*, *práticas parentais*, *comunicação pais-filhos*, entre outras. Fatores cuja influência parece não ser específica do uso de SPA, e comuns a um conjunto mais alargado de vários comportamentos-problema, parecem ser a existência de uma história familiar de relação com esse comportamento-problema, a dificuldade familiar na gestão de problemas e o conflito (National Research Council and Institute of Medicine, 2009).

Enquanto dimensão protetora do consumo, da família espera-se a capacidade de oferecer suporte afetivo, adequada supervisão e comunicação positiva, o que potenciará o ajustamento do adolescente em diferentes áreas da sua vida (Weitof, Hjern, Haglund & Rosen, 2003, cit. in Simões, Matos & Foguet, 2006). Estaria também reservada à esfera familiar a responsabilidade pela promoção de um ambiente apoiante, estável e seguro, bem como a promoção de competências específicas no adolescente, principalmente quando a disponibilidade das substâncias em seu redor é elevada

(nomeadamente com a promoção da assertividade em relação à pressão que o grupo de pares poderá assumir).

No que concerne à estrutura familiar, a *monoparentalidade* tem sido relacionada com a maior probabilidade de uso de SPA pelos adolescentes, efeito que poderá dever-se à mediação das dimensões ambientais que afetam diferenciadamente famílias com composições distintas da estrutura tradicional (Broman, Li & Recase, 2008). Do ponto de vista das *práticas parentais*, Baumrind (1991) e Broman *et al.* (2008) concluíram que a responsividade às necessidades dos filhos acompanhada de estilos parentais mais direcionados para o controlo do comportamento (*monitorização e supervisão parentais*) têm um efeito visível na maturidade psicológica dos filhos, no sucesso académico, no menor envolvimento geral em comportamentos problemáticos e num menor uso de SPA em particular. Este fator não deve ignorar o apoio a um processo ajustado de *autonomização e individualização* do adolescente (Tuttle, 1995). Ambos os fatores – *autonomização e supervisão* – necessitam, para que se observe este efeito protetor, de um contexto de *suporte parental positivo* (Dishion, Li, Spracklen, Brown & Haas, 1998).

A consideração da família e dos seus fatores de risco e proteção para o uso de SPA leva-nos também à consideração do seu papel na promoção de competências pessoais e sociais, e da forma como estas se relacionam com a problemática em questão. A promoção de competências de autorregulação, por sua vez relacionada com competências como a assertividade e a resistência à frustração no adolescente, assume relevância neste domínio contribuindo para a prevenção de comportamentos de risco no geral, e para um consumo de SPA autorregulado por parte dos adolescentes (Wills, Resko, Ainette & Mendoza 2004). Desta forma, o papel parental é percecionado como central não só na prevenção do envolvimento na experimentação, como também no apoio e intervenção quando existem já níveis de consumo por parte do adolescente, cenário em que o suporte parental positivo, percecionado pelo adolescente como seguro e empático, continua a ser central na prevenção de uma evolução negativa dos problemas relacionados com o consumo (Rosenbaum, 2007).

A questão da comunicação sobre drogas e o seu lugar na dinâmica familiar também podem assumir-se como fatores protetores ou de risco. Existe atualmente consenso sobre a necessidade central de os pais se manterem informados sobre as especificidades relativas ao uso de SPA na adolescência, sendo que estar informado pressupõe procura e receção de informação através de fontes fidedignas que instruem de forma verdadeira/realista e

objetiva (Rosenbaum, 2007). Esta necessidade tornaria essencial a adoção de uma postura proativa face ao conhecimento atual da realidade das SPA por parte dos pais, baseando-se em evidência científica rigorosa e adaptada à realidade e experiência juvenis (Rosenbaum, 2007).

Num exercício de revisão de literatura com vista à produção de orientações específicas para os pais, Carvalho, Veríssimo & Summavielle (no prelo) identificam algumas características centrais que deveriam ser adotadas para a comunicação sobre SPA no contexto da família. Dessas orientações contam-se a transmissão de informação baseada no conhecimento dos adolescentes, na informação que já detêm e nos dados da evidência científica; a transmissão de informação adequada à maturidade do adolescente e à sua capacidade de compreensão e integração dessa mesma informação (nível de desenvolvimento cognitivo e idiossincrasias de cada adolescente); o interesse na promoção de um diálogo franco assente em informação precisa (*e.g.*, efeitos, consequências e potenciais riscos do consumo de SPA), com o intuito de informar ou reconhecer também os benefícios que os consumidores atribuem aos consumos (*e.g.*, prazer); e partir desse reconhecimento para estimular uma reflexão e posicionamento crítico da parte do adolescente (aspeto também referido por Cruz & Machado, 2010). A consideração das opiniões do adolescente, incentivando-o a debater e a desenvolver este pensamento crítico, bem como a procura da informação fidedigna, assumir-se-iam assim como processos fundamentais para a adequada comunicação com o adolescente (Alarcão, 2002). A relevância da questão da comunicação assumiria, finalmente, uma dupla função – a de responder a necessidades do adolescente no campo mais restrito do seu conhecimento sobre SPA e na reflexão sobre o lugar desta experiência no seu desenvolvimento; e a de promover genericamente uma relação pais-adolescente positiva e um desenvolvimento saudável, funcionando assim como fator indireto mas fundamental na prevenção de comportamentos de risco.

Um denominador comum a estas abordagens parece ser o reconhecimento de que a família não só desempenha um papel fundamental no desenvolvimento global do adolescente (Steinberg, 2001) – fruto do suporte que o papel parental desempenha potencialmente na prevenção de comportamentos de risco –, como pode também exercer uma influência potencialmente negativa sobre múltiplos aspetos da vida do adolescente, com tradução na sua saúde e bem-estar. Assim, a esfera parental poderá traduzir-se numa influência de carácter positivo ou negativo, funcionando respetivamente como um fator protetor ou de risco, consoante a adequa-

bilidade das práticas parentais (Broecker & Jou 2007). Assumimos, portanto, que os fatores protetores e de risco são dinâmicos e poderão sofrer transformações ao longo do desenvolvimento do adolescente, sendo que um fator protetor, como a estabilidade familiar, poderá mais tarde transformar-se em fator de risco em caso de divórcio problemático. No entanto, existem fatores protetores que destacamos como intrínsecos aos adolescentes mas que poderão ser, ou não, fortemente estimulados pelos pais, tais como a autoestima, a resiliência, a capacidade de antecipar consequências, a assertividade e a autorregulação (Broecker & Jou, 2007).

Situando-nos no polo oposto, e citando os fatores em que a ação familiar configura a promoção do risco, destacaríamos a baixa monitorização e orientação parental, a desadequada comunicação familiar, a baixa percepção de suporte afetivo por parte do adolescente e a pressão do grupo de pares (Lerner & Galambos, 1998), sendo este último fator mais extrínseco à influência familiar mas fortemente relacionado com o suporte afetivo que o papel parental poderá desempenhar.

Este conjunto de evidências surge em concordância com a investigação que tem vindo a enfatizar, mais genericamente, a centralidade das dinâmicas familiares na etiologia dos problemas de comportamento, desde a infância até à adolescência (Dishion & Patterson, 2006, cit. in Connell, Dishion, Yasui & Kavanaugh 2007).

Apesar da atenção dedicada ao domínio que procuramos descrever em linhas gerais, uma clara limitação que subsiste parece ser a ausência de um modelo integrador sobre a forma como este grande conjunto de fatores se relaciona entre si. A questão da integração dos fatores de risco e proteção é tanto mais relevante, se atendermos ao facto de existir hoje grande consenso sobre a natureza comum dos fatores que estão na base de uma grande diversidade de comportamentos de risco na adolescência, desde o abuso de SPA à delinquência, gravidez na adolescência, abandono escolar, violência e depressão/ansiedade (National Research Council and Institute of Medicine, 2009). Uma proposta que tem procurado ultrapassar esta limitação, oferecendo uma visão de conjunto sobre vários níveis de fatores individuais e ambientais na sua relação com o uso de SPA, é o *Modelo da Rede de Influência* (Substance Abuse and Mental Health Services Administration, 2002). De acordo com esta proposta, riscos e fatores protetores existem em todos os níveis de interação indivíduo-sociedade (pares, família, escola, comunidade, sociedade – fatores externos), níveis estes “filtrados” pelas características individuais que cada um traz para estas interações (fatores internos). No modelo, ainda que não se estabeleçam relações causais entre

os vários níveis de fatores (dinâmicos), procura-se avançar com a explicação de algumas das relações entre fatores internos e externos, dentro de vários domínios de uma rede de influências. Ora, um dos fatores centrais na influência do uso de SPA identificados nesta rede é, precisamente, a *vinculação familiar* que, quando elevada e associada a supervisão familiar e atitudes parentais positivas, exerceria uma forte influência (protetora) na associação aos pares e no uso de SPA, reforçando-se com esta leitura mais compreensiva o carácter central da esfera familiar para a problemática em análise.

1.2 Perceções dos pais sobre o uso de SPA na adolescência

Ainda que claramente menos investigado, o domínio das perceções parentais sobre o uso de SPA é de grande relevância para o tema em análise, fruto do reconhecimento de que as perceções e crenças dos pais relativamente aos comportamentos de risco dos filhos parecem influenciar fortemente as práticas parentais adotadas (Bylund, Ines & Baxter, 2005). O referido estudo focou-se nos benefícios da existência de uma comunicação familiar positiva, como forma de prevenção do consumo problemático de SPA pelos adolescentes. De acordo com os autores, a desvalorização de comportamentos de risco dos adolescentes, por parte dos pais, foi apontada como diminuindo significativamente a motivação e a consequente ação para a comunicação com os adolescentes sobre a temática do consumo de SPA. (A título de exemplo, se os pais percecionam que o filho não consome, nem mesmo ocasionalmente, as oportunidades para comunicarem sobre este assunto com o adolescente não serão proporcionadas ou intencionalmente estabelecidas.) Desta forma, concluiu-se que, se os pais percecionarem a realidade de consumo como distante da realidade dos seus filhos, poderão assumir uma postura negligente e passiva face à importância de intencionalizar a promoção de competências pessoais e sociais nos seus filhos, que previna comportamentos de risco. Já quando os Pais percecionam que os filhos possam consumir existem diversas práticas parentais que se tornam desadequadas, tais como a desconfiança sem fundamentação prévia (Beylund, Ines & Baxter, 2005). O estudo demonstra como, a par com as restantes dimensões revistas, também as perceções parentais podem assumir-se como um fator de risco ou de proteção – no extremo, estamos não só perante a possibilidade de desvalorizar a prevenção, como também perante a possibilidade de contribuir ativamente para a ocorrência de comportamentos de risco, considerando que tais perceções podem gerar práticas parentais desadequadas à realidade dos comportamentos e cognições que os filhos apresentam.

Se recuperarmos a perspetiva anteriormente apresentada, relativa ao carácter normativo da generalidade dos comportamentos de risco, entre eles o uso de SPA, seria fundamental a apropriação por parte dos pais da distinção entre as noções de “uso” e de “abuso” de SPA na adolescência (Rosenbaum, 2007). Na posse desta distinção, os pais poderão agir de forma mais realista, identificando objetivamente os problemas, quando eles existem. Assim, as percepções que os pais apresentam sobre a possibilidade de experimentação de SPA por parte do adolescente, e a relação entre esta e a normalização do consumo, podem ser fundamentais na eficaz prevenção dos problemas relacionados com o consumo de SPA.

A revisão desenvolvida pretendeu ilustrar (i) qual a compreensão adotada sobre a problemática da adolescência e sua relação com o comportamento de risco de uso de SPA; (ii) por referência a que fatores pode a família desempenhar um papel na proteção *vs.* reforço desse comportamento; (iii) como é o fenómeno percecionado pelos pais; e (iv) quais as dimensões da dinâmica familiar que beneficiam de intervenção com vista à proteção relativamente ao consumo. Percebemos, em síntese, que as práticas educativas parentais se assumem como um desafio diário, ainda que inconsciente, atendendo ao forte impacto que o papel educativo dos pais poderá desempenhar na prevenção ou promoção de comportamentos de risco na adolescência no geral, e no que respeita à prevenção do consumo SPA em particular. Deste modo, as percepções que os pais apresentam sobre o consumo de SPA na adolescência poderão ser um indicador relevante na identificação do que seria pertinente desmistificar junto deles. Atendendo às lacunas que ainda subsistem na literatura, particularmente no que toca às percepções e conhecimentos dos pais, desenvolvemos uma investigação que permitisse contribuir para o conhecimento, em profundidade, neste domínio. Recorremos à investigação qualitativa com o objetivo de caracterizar as percepções dos pais sobre a problemática do uso de SPA na adolescência, identificar os fatores protetores que na percepção destes maior contributo apresentam na prevenção e proteção e caracterizar as estratégias educativas que estes agentes adotam ou antecipam adotar se confrontados com a situação de uso de SPA nos seus filhos adolescentes.

2. METODOLOGIA

A opção pela investigação qualitativa foi determinada pelo interesse em recolher uma perspetiva compreensiva e integradora dos fenómenos em análise, próxima das interpretações dos participantes sobre o consumo de

SPA na adolescência. Segundo Denzin & Lincoln (1984), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa de aproximação ao contexto do sujeito, através do estudo de uma variedade de materiais empíricos em que se inclui, entre outros, o material recolhido através de entrevistas em profundidade. Desta forma, a investigação qualitativa propõe-se aceder à interpretação de fenómenos, enquadrar as significações pessoais e dar-lhes sentido, integrando-as na análise do contexto (no nosso caso sobretudo experiencial) onde se inserem.

2.1 Participantes

Nesta investigação foi reunida uma amostra de conveniência de N=9 pais (n=5 mães e n=4 pais) que foram entrevistados através de um procedimento semiestruturado. As idades dos participantes estavam compreendidas entre os 36 e os 53 anos e o seu nível de escolaridade foi considerado elevado (n=8 com formação de nível superior). Todos os participantes tinham pelo menos dois filhos; n=8 participantes eram casados. A idade dos adolescentes, a que os pais entrevistados na amostra se reportaram, oscilava entre os 13 e os 18 anos.

2.2 Instrumento

A recolha dos dados foi desenvolvida a partir de um guião de entrevista construído para o efeito, que integrava a exploração de oito dimensões – (1) características sociodemográficas; (2) estilo parental (perceção do autoconceito parental); (3) dinâmica familiar e práticas parentais (estratégias educativas); (4) relação pais-pares-adolescente; (5) informação e comunicação sobre drogas; (6) perceção do papel parental na prevenção; (7) perceção sobre o comportamento de consumo dos filhos; (8) acontecimentos de vida.

A elaboração do guião no apoio ao procedimento de entrevista semiestruturada permitiu que, “para além das perguntas que se sucedem de modo natural e no decorrer da conversa, se efetuem os porquês e os esclarecimentos circunstanciais que possibilitam uma melhor compreensão das respostas, das motivações e da linha de raciocínio que lhes estão inerentes” (Sousa, 2005: 247). Deste modo foi possível aprofundar o discurso de cada entrevistado investindo na compreensão das suas perceções e da organização do seu pensamento e conhecimentos de acordo com a integração destes na sua realidade. O método escolhido possibilitou também um maior controlo da possível desejabilidade social adotada pelo participante, uma vez que se realizou uma entrevista em formato individual. No entanto, não

se exclui a possibilidade da ocorrência de respostas socialmente desejáveis, por exemplo, através da possibilidade de os participantes omitirem fragilidades percebidas nas práticas educativas por eles adotadas.

2.3 Procedimentos

As entrevistas decorreram num clima de encorajamento à partilha e reflexão, em locais da eleição dos participantes, tendo-se verificado alguns constrangimentos de espaço físico. O procedimento de recolha dos dados iniciava-se com a garantia de anonimato. As entrevistas foram gravadas em formato áudio para facilitar a sua reprodução e posterior transcrição. No entanto, verificou-se maioritariamente que, após a finalização da gravação de algumas entrevistas, os entrevistados demonstraram algum interesse em abordar tópicos que seriam pertinentes estarem gravados. Atendendo à relevância dessa informação, foram registadas notas no final de cada entrevista, o que permitiu a integração destes elementos na análise dos dados. A investigação teve em consideração as questões éticas, nomeadamente no que respeita à garantia de anonimato dos participantes e à existência de um consentimento informado.

Os dados foram analisados através de Análise de Conteúdo, um procedimento que permite “analisar um ou mais documentos, com o propósito de inferir o seu conteúdo imanente, profundo, oculto, sob o aparente; ir além do que está expresso como comunicação directa” (Sousa, 2005: 264). Neste sentido de explorar a comunicação direta, considera-se que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2009: 33). O método de Análise de Conteúdo foi desenvolvido com o suporte do software de análise de dados qualitativos *Qualitative Reaserch Solution* (QSR) – NVivo 8. Terminada a etapa inicial de fragmentação do texto em unidades de análise e geração dos primeiros códigos descritivos, foi criado um primeiro sistema de categorias descritivas. “A codificação é o processo pelo qual os dados em bruto são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características pertinentes do conteúdo” (Holsti, 1969, cit. in Bardin 2009: 129). Desta forma o código funciona como “um indicador capaz de revelar realidades subjacentes” (Bardin, 2009: 165), através da sistematização da informação em uma ou em poucas palavras. No processo de codificação dos dados, optámos por seleccionar a unidade de registo “uma ideia completa” como forma de segmentação do texto. Neste processo optámos também por codificar cada unidade de registo em todas as categorias aplicáveis, com o objetivo de rentabilizarmos, posteriormente, a funcionalidade

dos *queries* inerentes ao programa NVivo8. Assim, apesar de cada categoria ter um significado único e distinto das restantes, as nossas unidades de registo receberam os vários sentidos que poderiam assumir, reunindo todos os códigos a elas aplicáveis.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Percepções dos pais sobre o uso de SPA na adolescência

Uma dimensão que a análise de dados qualitativos pôs em evidência foi a dimensão da história passada de *experimentação* de SPA pelos pais, uma dimensão que parece exercer influência na percepção destes sobre o consumo de SPA na adolescência. Nos nossos dados esta conclusão está relacionada com o facto de os participantes que afirmaram ter experimentado SPA na sua adolescência reconhecerem a sua capacidade para *compreender* as razões e motivações para o consumo de drogas na adolescência, demonstrando empatia perante a possibilidade de os adolescentes também poderem vir a experimentar o uso de drogas. No entanto, o facto de os participantes considerarem que *compreendem* as razões para o uso de SPA em geral, não pode ser interpretada como significando que *compreendem* as razões de experimentação de consumo do seu próprio filho. Este dado pode ser interpretado através da possível culpabilização que os pais poderão apresentar nas situações em que o consumo é uma realidade (Castillo, 2007), sendo fundamental que nestas circunstâncias as práticas parentais utilizadas não se cristalizem num papel assumidamente passivo, mas sim numa reflexão crítica capaz de redefinir a adequabilidade das práticas face ao futuro.

Consideramos que também poderia ser pertinente relacionar a possibilidade de experimentação de SPA presente/passada dos nossos participantes com a sua percepção face à possibilidade de consumo de SPA por parte dos seus filhos. Relativamente à percepção dos participantes sobre a experimentação de consumo de SPA por parte dos adolescentes, verificámos que a maioria dos participantes considera que o seu filho não experimentou SPA ilegais, embora alguns possam considerar que o adolescente poderá já ter consumido SPA legais como álcool ou tabaco. Este dado poderá remeter-nos para a reflexão de que, sendo a adolescência uma fase em que a experimentação de SPA poderá ocorrer de forma normativa, tal percepção dos participantes poderá não corresponder à realidade de experimentação de consumo por parte dos adolescentes. No entanto, os discursos dos nos-

sos participantes incluem, maioritariamente, a expressão “Acho”, o que nos poderá indicar uma possível consciencialização dos pais sobre a diferença entre a realidade do adolescente e a sua percepção.

Adicionalmente, quando questionados sobre a possibilidade da experimentação futura de SPA por parte dos adolescentes, alguns participantes referiram como provável essa possibilidade através da reflexão sobre a multiplicidade de causas que poderão originar o consumo do adolescente. Contudo, face a essa possibilidade, a expressão “nenhum pai está preparado para isto” destacou-se no discurso desses participantes, o que nos poderá remeter para a insegurança que os pais do nosso estudo apresentam em relação à temática do consumo na adolescência: “Os pais não sabem muito bem o que hão de fazer. Não conhecem a droga nem o seu mundo.”

Outra percepção está relacionada com o fator idade do adolescente: “Os miúdos ainda são pequenos e não estamos dentro desse meio e esperamos que não venhamos a estar!” Esta expressão poderá remeter-nos para uma postura de uma certa negligência, falhando aqui a desejável proatividade dos pais para a prevenção. Recordamos que o estilo orientador descrito por Maccoby e Martin (1983, cit. in Lopes, Rutherford, Cruz, Mathur & Quinn, 2006) é um estilo parental desejável, adequado à promoção de competências pessoais e sociais no adolescente.

Outra das percepções postas em evidência pelos dados tem a ver com a forte valorização que os pais atribuem à informação sobre SPA a transmitir aos filhos: “O importante é a informação.” A aquisição de informação adquire assim, na percepção dos pais, um carácter central na proteção relativa ao consumo. Os pais referem, adicionalmente: “Basta não limitar o acesso à informação que eles conhecem!” Neste contexto interpretamos este dado como remetendo para uma excessiva focalização dos pais na transmissão de informação.

Os pais percebem os adolescentes atuais como “*mais informados que nós na altura deles*”. Questionamo-nos sobre a possibilidade de esta atitude nos remeter para uma possível desresponsabilização do papel parental assumido no apoio à procura de informação. Assim, esta desresponsabilização poderá remeter-nos para a possibilidade de a informação que os pais percebem que o adolescente possui não ser na realidade fidedigna. Se os pais consideram que os adolescentes estão mais atualizados que eles, para quê intervir neste domínio da informação? Mas, se não existe monitorização e seleção da informação por parte dos pais, será que esta se concretiza como sendo fidedigna? O controlo da informação que os adolescentes possuem assume-se assim como essencial, uma vez que a transmissão de

informação não fidedigna pode assumir contornos mais negativos do que a ausência de informação (Castillo, 2007).

3.2 Percepção parental sobre fatores protetores

Como principais fatores protetores apontados pelos participantes destacaram-se a *estabilidade familiar* e o *controlo do dinheiro*. Os pais entrevistados elegem a *estabilidade familiar* como um fator protetor face ao consumo de SPA, nomeadamente no que respeita às oportunidades associadas à promoção de competências pessoais e sociais positivas no adolescente, inerentes à estabilidade familiar positiva – “*Eu acho que uma rede familiar estável é fundamental. Para dar aos miúdos uma estrutura para eles poderem dizer não. No fundo para eles poderem, se forem confrontados com uma situação destas, dizer não*”. Segundo Carvalho & Trigueiros (2010), o tipo de consumo e a sua evolução são condicionados por diversos fatores, entre os quais a estrutura do quotidiano do adolescente, ao nível da sua estabilidade familiar. Desta forma, a existência de um ambiente familiar estável poderá, efetivamente, potenciar o treino de competências pessoais como autoestima positiva, capacidade de lidar com a frustração ou capacidade de antecipar consequências, bem como o treino de competências sociais como a assertividade ou a capacidade de lidar com a pressão dos pares. A título de exemplo, quando o ambiente familiar é estável, a probabilidade de existência de maior disponibilidade psicológica por parte dos pais é maior, nomeadamente no que respeita à antecipação de consequências por parte do adolescente, através da atenção constante nas dinâmicas e acontecimentos presentes no seu quotidiano.

O *controlo do dinheiro* poderá remeter-nos para a reflexão sobre a importância da monitorização da autonomia do adolescente (Castillo, 2007). No entanto, o *controlo do dinheiro* é apenas uma estratégia de monitorização parental cuja eficácia, atendendo à natureza da acessibilidade às substâncias para os jovens (baixo custo de alguns dos produtos, frequência com que são partilhados, etc.), se reveste de reduzida eficácia nessa intenção de controlo e monitorização. Assim sendo, o facto de os nossos participantes terem valorizado o *controlo do dinheiro* como um dos principais fatores protetores do consumo de SPA poderá não se associar a um eficaz conhecimento que transformaria a estratégia parental numa ferramenta útil para a prevenção.

3.3 As estratégias educativas em cenário de consumo

Quando questionámos os nossos participantes sobre os comportamentos parentais que adotariam perante a situação de consumo, verificámos que a

opção da maioria dos participantes recairia no confronto e diálogo direto sobre o tema das drogas: “Falava com ela e tentava-lhe explicar que ou a pessoa tem muito juízo e segue o seu caminho ou facilmente enverga por um caminho que é muito mau”; “Tínhamos que conversar logo.” Interpretámos esta atitude como um bom exemplo de uma postura *remediativa* face ao consumo. Outra alternativa seria a postura preventiva, que reconhece o interesse em discutir o tema independentemente de o cenário do consumo ter sido já despoletado. Outros participantes referiram que optariam por recorrer a ajuda especializada (“pedia ajuda especializada para tentar cortar o mal logo pela raiz”), numa postura em que a possibilidade da existência de consumo parece, à partida, afastada.

Outro tipo de atitude perante o cenário colocado é ilustrado por verbalizações como “não sei o que faria” ou “nunca pensei nisso, estou a pensar agora...”. São expressões que nos remetem, uma vez mais, para o distanciamento provável que os participantes consideram existir entre o fenómeno do uso de SPA e a experiência dos seus filhos.

Outra intenção foi compreender a perceção dos participantes sobre as causas para o consumo de SPA. A este respeito os participantes destacaram, como causa central, a pressão do grupo de pares. Esta influência assumiu particular destaque comparativamente às restantes, o que nos remete para o conhecimento fundamentado que os pais apresentam sobre a forte influência que o grupo de pares poderá apresentar no comportamento do adolescente (Broecker & Jou, 2007). No entanto, existem diversas causas de consumo que deverão ser consideradas, nomeadamente aquelas que são diretamente emergentes do ambiente familiar (Broecker & Jou, 2007). Neste sentido, apenas um dos nove participantes referiu a questão de uma das causas se relacionar diretamente com a falibilidade do papel parental (“também tenho a noção de que sei, se algum dos meus filhos consumisse, porque é que era e onde eu tinha que atuar e acho que era tradutor das minhas falhas”) – um caso único em que o entrevistado reconhece o impacto do ambiente familiar como causa possível para o uso de SPA.

Noutro caso foi referida como possível causa de consumo a motivação para *contrariar os pais*: “É para serem diferentes, é para contrariarem os pais... contrariar a vida certinha.” Esta perceção remete para um aprofundamento do (re)conhecimento da causa, considerando a reflexão sobre a necessidade de existência de comportamentos opositores e apelativos por parte do adolescente, em relação aos seus pais.

4. CONCLUSÃO

Refletindo sobre os objetivos a que nos propúnhamos no contexto do material empírico analisado, consideramos ter sido possível identificar e caracterizar um conjunto relevante de percepções que os pais da amostra estudada apresentam sobre o tema do uso de SPA na adolescência.

Do conjunto dessas percepções destacamos o que parece ser o posicionamento dominante dos pais sobre o comportamento de uso de SPA dos seus filhos adolescentes – prevalece, entre os participantes, a ideia de que os adolescentes-filhos nunca terão experimentado SPA ilegais (maioria dos entrevistados) nem SPA legais (apenas quatro em nove participantes admitem esta possibilidade). Não sendo uma experiência frequente, a experimentação de SPA é um comportamento altamente expectável por parte dos adolescentes, confirmado por dados desenvolvimentais e epidemiológicos. Estes dados enfatizam uma potencial posição de desconhecimento e distanciamento dos pais relativamente à experiência adolescente neste domínio, facto reforçado pela diversidade de idades dos adolescentes a que a amostra de pais se reporta no nosso estudo.

Atendendo ao impacto das percepções e da influência parental, torna-se assim fundamental, nomeadamente no que respeita à eficaz prevenção do uso de SPA, que o apoio parental seja um apoio orientador e, como já referido anteriormente, promotor de competências pessoais e sociais. É fundamental, por exemplo, que os pais promovam a responsabilização do adolescente pelos seus comportamentos, direccionada para a autorregulação baseada num *locus* de controlo interno ou a antecipação de consequências face à tomada de decisão (Lopes *et al.*, 2006). Adotar um estilo parental baseado na figura de orientação é desejável e positivo, tendo em conta que este estilo pressupõe que os pais se envolvam na educação dos filhos, respondendo à gestão equilibrada das necessidades que o adolescente aspira de monitorização, afeto, autonomia e independência (Weber, Prado, Viezzer & Brandenburg, 2004). Assim, um estilo educativo que se caracteriza por altos níveis de supervisão e apoio, juntamente com uma promoção adequada de autonomia na tomada de decisão, parece ser a abordagem mais eficaz para diminuir o uso de SPA na adolescência (Suldo, Mihalas, Powell & French, 2008). Importa, portanto, unir esforços que contribuam para a substituição da pergunta: “O que devem então fazer os pais em caso de consumo de SPA?” por: “O que devem então os pais fazer para prevenir o consumo de SPA na adolescência?”

Em termos conclusivos, deverão ser consideradas algumas limitações à pesquisa desenvolvida, resultantes sobretudo do número reduzido de

participantes. Um desenvolvimento da amostragem até atingido o critério metodológico da *saturação teórica* dos dados empíricos teria permitido identificar um conjunto potencialmente mais alargado e fiável de posicionamentos e perceções parentais sobre o fenómeno em estudo. A razão pela qual tal critério não foi implementado ficou a dever-se a constrangimentos de tempo para o desenvolvimento da pesquisa. É também de destacar, em nosso entender, a potencial influência negativa do fator da desejabilidade social nas respostas dos pais, fruto da natureza sensível do tema em estudo, e que é posta em evidência sobretudo quando são estudadas amostras de grupos normativos. Uma maior diversidade da amostra reunida, em termos por exemplo da sua origem socioeconómica e *background* académico, poderia garantir uma fiabilidade acrescida dos dados empíricos. Por estes motivos os dados obtidos devem, quanto a nós, ser considerados um contributo de carácter exploratório para o domínio em estudo.

Da pesquisa resultam, finalmente, algumas pistas para investigação futura que nos parecem particularmente relevantes. O conhecimento sobre as perceções parentais sobre o uso de SPA e a relação destas com a prevenção beneficiaria futuramente de uma investigação de largo espectro que estudasse o tema através de amostras representativas da população portuguesa. Outra perspetiva metodologicamente interessante poderia ser a recolha da informação-alvo da presente pesquisa através da metodologia de *focus group*, com a intenção de explorar crenças e atitudes dos pais, no seu debate com as perspetivas de outros pais. O conhecimento mais direto da relação entre as atitudes e perceções parentais e o impacto sobre o comportamento adolescente poderia ser obtido através da consideração compósita da experiência dos adolescentes.

Bibliografia

- Administration, S. A. (2002). *The National Cross-Site Evaluation of High-Risk Youth Programs*. Center for Substance Abuse Prevention, DHHS Publication.
- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Balsa, B. (2007). *II Inquiry on Psychoactive Substance Use in the General Population – Portugal 2007*. Obtido em 10 de maio de 2008, de www.idt.pt: http://www.idt.pt/PT/Investigacao/Paginas/EstudosConcluidos.aspx.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baumrind, D. (1991). The influence of parenting style on adolescent competence and substance use. *Journal of Early Adolescence* 11, pp. 56-95.

- Botvin, G. & Dusenbury, L. (1989). Substance abuse prevention and the promotion of competence. In L. Bond, *Primary Prevention and Promotion in the Schools*. Hanover N. H.: University Press of New England.
- Broecker, C. & Jou, I. (2007). Práticas educativas parentais: a percepção de adolescentes com e sem dependência química. *Psico-USF*, 12(2), pp. 269-279.
- Broman, C.; Li, X. & Recase, M. (2008). Family structure and mediators of adolescence drug use. *Journal of Family Issues*, 29, pp. 1625-1649.
- Bylund, C.; Ines, R. & Baxter, L. (2005). Accuracy of parents' perceptions of their college student children's health and health risk behaviors. *The Journal of American College Health*, 54(1), pp. 31-37.
- Carvalho, M. (2007). *Culturas Juvenis e Novos Usos de Drogas – O trance psicadélico como analisador*. Porto: Campo das Letras.
- Carvalho, M. & Trigueiros, L. (2010). Novos usos de drogas: um estudo qualitativo a partir das trajetórias de vida. *Revista Toxicodependências*, 16(3), pp. 29-44.
- Carvalho, M.; Veríssimo, L. & Summavielle, T. (no prelo). Prevenção do consumo de álcool e drogas: da centralidade da informação à centralidade da relação. In J. García del Castillo; M. Hernández & P. Días. *Studies about Alcohol, Tobacco and other Drugs: Research contributes to practice*.
- Castilho, J. (2007). *O Meu Filho, as Drogas e Eu*. Mangualde: Edições Pegado.
- Connell, A.; Dishion, T.; Yasui, M. & Kavanagh, K. (2007). An adaptive approach to family intervention: linking engagement in family-centered intervention to reductions in adolescent problem behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 75(4), pp. 568-579.
- Cruz, O. & Machado, C. (2010). Consumo “não-problemático” de drogas ilegais. *Revista Toxicodependências* 16, pp. 39-47.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage Publications.
- Dishion, J.; Li, F.; Spracklen, K.; Brown, G. & Haas, E. (1998). Measurement of parenting practices in research on adolescent problem behavior: a multimethod and multitrait analysis. In R. Ashery; E. Robertson & K. Kumpfer. *Drug Abuse Prevention through Family Interventions* (Vol. NIDA Research Monograph 177). Rockville: National Institutes of Health.
- Dobson, S.; Brudalen, R. & Tobiassen, H. (2006). Courting risk: The attempt to understand youth cultures. *Young: Nordic Journal of Youth Research*, 14(1), pp. 49-59.
- EMCDDA (2006). *Developments in Recreational Drug Use in Recreational Settings*. Obtido em 20 de abril de 2010, de [www.emcdda.europa.eu: http://www.emcdda.europa.eu/html.cfm/index34883EN.html](http://www.emcdda.europa.eu/html.cfm/index34883EN.html).
- EMCDDA (2009). *Poly Drug Use: Patterns and responses*. Obtido em 20 de abril de 2010, de [www.emcdda.europa.eu: http://www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_93217_EN_EMCDDA_SIo9_poldrug%20use.pdf](http://www.emcdda.europa.eu/attachements.cfm/att_93217_EN_EMCDDA_SIo9_poldrug%20use.pdf).

- Fletcher, A.; Bonnell, C. & Hargreaves, J. (2008). School effects on young people's drug use: a systematic review of intervention and observational studies. *Journal of Adolescent Health*, 42, pp. 209-220.
- Griffiths, P.; Vingoe, L.; Jansen, K.; Shenval, J.; Hartnoll, R. & Wilson, M. (1997). *New Trends in Synthetic Drugs in the European Union: Epidemiology and demand reduction responses*. Lisbon: EMCDDA.
- Institute of Medicine & National Research Council (2011). *The Science of Adolescent Risk Taking – Workshop report*. (N. R. Council, ed.) Obtido em 19 de abril de 2011, de Institute of Medicine: <http://www.nap.edu/catalog/12961.html>.
- Jesus, M. & Ferriani, M. (2008). School as a protective factor against drugs: perceptions of adolescents and teachers. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* 16, pp. 590-594.
- Kumpfer, K.; Olds, D.; Alexander, J.; Zucker, R. & Gary, L. (1998). Family etiology of youth problems. In R. Ashery; E. Robertson & K. Kumpfer, *Drug Abuse Prevention through Family Interventions* (Vol. NIDA Research Monograph 177). Rockville: National Institutes of Health.
- Lerner, R. & Galambos, N. (1998). Adolescent development: Challenges and opportunities for research, programs and policies. *Annual Review of Psychology*, 49, pp. 413-446.
- Lopes, J.; Rutherford, R.; Cruz, M.; Mathur, S. & Quinn, M. (2006). *Competências Sociais: Aspectos comportamentais, emocionais e de aprendizagem*. Braga: Psiquilibrios.
- Lupton, D. & Tulloch, J. (2002). Risk is part of your life: Risk epistemologies among a group of Australians. *Sociology*, 36(2), pp. 317-334.
- National Research Council and Institute of Medicine (2009). www.nap.edu. Obtido em 22 de setembro de 2011, de The National Academies Press: http://www.nap.edu/catalog.php?record_id=12480.
- Negreiros, J. M. (2009). Estimativas de prevalência de consumidores problemáticos de drogas em Portugal com base em dados sobre o tratamento. *Toxicodependências*, 15, pp. 19-32.
- Negreiros, J. (1998). *Prevenção do Abuso de Álcool e Drogas nos Jovens*. Porto: Radicário.
- Negreiros, J. (2000). Prevenção do consumo de drogas: Teoria, investigação e prática. In N. Torres & J. Ribeiro. *A Pedra e o Charco: Sobre o conhecimento e intervenção nas drogas*. Lisboa: Ímanedições.
- Parker, H.; Aldridge, J. & Measham, F. (1998). *Illegal Leisure: The normalization of adolescent recreational drug use*. London: Routledge.
- Parker, H.; Williams, L. & Aldridge, J. (2002). The normalization of 'sensible' recreational drug use. *Sociology*, 36, 4, pp. 941-964.
- Rosenbaum, M. (2007). *Safety-first... A reality-based approach to teens and drugs*. Obtido em 21 de setembro de 2009, de Safety-1st.org: www.safety1st.org.
- Simões, C.; Matos, M. & Foguet, J. (2006). Consumo de substâncias na adolescência: um modelo explicativo. *Toxicodependências*, 7 (2), pp. 147-164.

- Sousa, A. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sprinthall, N. & Collins, W. (1996). *Psicologia do Adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Steinberg, L. (2001). *The Role of Family in Adolescent Development: Preventing risk, promoting resilience*. Obtido em 22 de abril de 2010, de www.cyfernet.org.
- Suldo, S.; Mihalas, S.; Powell, H. & French, R. (2008). Ecological predictors of substance use in middle school students. *School Psychology Quarterly*, 23(3), pp. 373-388.
- Tuttle, J. (1995). Family support, adolescent individuation and drug and alcohol involvement. *Journal of Family Nursing*, 3, pp. 303-326.
- Weber, L.; Prado, P.; Viezzer, A. & Brandenburg, O. (2004). Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), pp. 323-331.
- Wills, T.; Resko, J.; Ainette, M. & Mendoza, D. (2004). Role of parent support and peer support in adolescent substance use: a test of mediated effects. *Psychology of Addictive Behaviors*, 18(2), pp. 122-134.

ABSTRACT: The article presents findings from a research intended to characterize teenagers parents' perceptions regarding psychoactive substance (PAS) use in adolescence, protective factors perceived as more effective, and educational strategies contemplated if in presence of PAS usage. The authors parted from consensus regarding centrality of parental role in protection promotion and risk prevention associated with developmental risk in adolescence; and from literature limitations in what concerns knowledge on parental perceptions in this field. A qualitative study was developed based on interviews to a convenience sample composed of N=9 parents of adolescents with ages ranging from 13 to 18 y.o.a.. Data were collected through a semi-structured procedure using an interview script developed for this purpose, and analyzed through content analysis supported by qualitative analysis software QSR NVivo8.

The study allowed data gathering on a number of contents relevant to understand participants' interpretations and views on the subject. Results show us that parental role in social and personal competence promotion is somewhat neglected, what may compromise effective prevention of risk of PAS use based in the family.

KEYWORDS: perception, parents, consumption of psychoactive substances, adolescence.